



# **A N A I S**

**do I Simpósio de Professôres de  
História do Ensino Superior em 1961**

**MARÍLIA  
1962**

**I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA  
DO ENSINO SUPERIOR**

(15 A 20 DE OUTUBRO DE 1961)

Promovido pela Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Marília, instituto  
isolado de ensino superior do Govêrno  
do Estado de São Paulo.

**MARÍLIA**

1962

## AS REGIÕES BRASILEIRAS: FORMAÇÃO, PECULIARIDADES E INTEGRAÇÃO NO NOSSO PROCESSO HISTÓRICO.

**Arthur Cezar Ferreira Reis**

A história do Brasil não tem sido elaborada, nos livros de texto escolar, nem tampouco nas obras de visão global, atendendo os autores às variantes regionais. Ao contrário, vêm preferindo êles considerar o país no seu desdobramento através dos tempos, sob um ângulo unitário que nos parece desacertado. É que o Brasil que se compõe, politicamente, de um Estado federado, que sucedeu ao Estado unitário do Império, o que explicaria a visão estritamente nacional, na realidade se tem elaborado na base das particularidades regionais, que são imperativas e que, conseqüentemente, é impossível deixar de considerar.

Vejamos, para a exemplificação inicial, o particular da economia. Podemos falar numa economia brasileira sem atentar para a expressiva verdade de que ela se constitui da produção regional, característica de cada uma das áreas regionais que nos definem? Quando falamos em café, apesar do peso evidente que êle representa para a nossa economia de exportação, para a nossa formação de divisas, para nossa posição, constante e secular, nos mercados do exterior, não estamos falando em São Paulo, no Paraná, no Rio e no Espírito Santo? Quando falamos em borracha, em castanha, em pimenta do reino, em guaraná, em juta, não pensamos logo na Amazônia, com sua floresta e sua bacia hidrográfica tão típicas? Quando falamos em algodão e açúcar, não nos vem logo à mente o nordeste? O sal não

nos lembra o Rio Grande do Norte? O gado, não nos faz lembrar o sertão nordestino ou os campos gaúchos?

No particular das sociedades que conformam a paisagem étnica, social e cultural, essas diferenças não se apresentam também tão eloqüentes? Seja pelo gênero de vida, pelo comportamento nas lições do diário de nossa formação, na pigmentação dos grupos, no processo de mestiçagem, mais africano, mais indígena, mais europeu aqui e ali?

Quando Diegues Junior, em seu admirável estudo acêrca das “Regiões Culturais do Brasil”, propôs o assunto com aquela clareza e propriedade que são as características mais positivas de seus estudos de antropologia, estava evidentemente indicando o caminho certo para a compreensão exata de nossa pátria, nos seus fundamentos fisiográficos e humanos, portanto, nos seus próprios fundamentos político-culturais. Para Jacques Lambert, é certo, no exame de vida brasileira o preferível seria considerá-la nos seus aspectos de Brasil velho e Brasil novo, isto é, Brasil em processo dinâmico, ou não, Brasil norte, nordeste e centro de um lado e Brasil sul de outro.

Parece-nos preferível, muito preferível, no entanto, o esquema de Roger Bastide, de um Brasil marcado pelos contrastes que são, fundamentalmente, os contrastes culturais, que decorrem principalmente das diferenças regionais. A interpretação do Brasil como nos parece mais acertado, isto é, a interpretação através das regiões, não é uma novidade que nos esteja trazendo para a reflexões que se possam fazer. Já Martius, em memória publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume VI, Rio, 1865, acêrca de “Como escrever a História do Brasil”, sustentara a necessidade de não ignorar as variantes regionais, que eram tão expressivas. Para êle, os grupos regionais como se haviam elaborado na fase da dominação portuguesa tinham criado, com as histórias regionais, a autêntica histórica brasileira: São Paulo, Minas e Mato Grosso constituíam um núcleo; Maranhão e Pará, cutro; Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco,

um terceiro; Bahia, Alagoas e Sergipe, o quarto; o extremo Sul seria o quinto.

Mais tarde, Gottfried Heirich Handelman, na sua “Geschichte von Brasil”, partia do fato de que o Brasil era um conjunto de três grandes regiões — bacia amazônica, interna e sistema do Prata. Escrevia: “as províncias do Brasil (falava no Império) não eram meras divisões administrativas, senão verdadeiros membros do Império, cada uma das quais com sua história própria”. Tais histórias particulares, registrava, tinham pouco de liame de interesses comuns, quer internos e externos, “que enfeixa a história dessas províncias numa história geral do Império”. A história do Brasil que escreveu com tanta agudeza e a que temos acesso por uma edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, feita em 1931, considerou devidamente essa autonomia das histórias provinciais, para poder expor o processo de colonização.

João Ribeiro foi, porém, em nosso dias, o mais autorizado e mais corajoso dos exegetas de nossa distinção, que êle compreendeu nas várias regiões. Ouçamo-lo:

“Do sentido em que se deve tratar a história interna, von Martius deu apenas indicações vagas e inexatas, mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto território; sem embargo da contestação de alguma crítica menos informada, fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova synthese. Ninguém, antes de mim, delineou os fócios de irradiação da cultura e civilizamento do país; nenhuma dos nossos historiadores ou chronistas seguiu outro caminho que o da chronogia e da successão dos governadores, caminho seguro mas falso em um paiz cuja historia se fazia ao mesmo tempo por multiplos estímulos em differentes pontos.

“Indiquei, se me é permittida a expressão que acredito clara, as quatro cellulas fundamentaes que por multiplicação formaram todo o tecido do Brasil antigo: a de Pernambuco que gera os nucleos secundarios da Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas e a cujo influxo maternal sempre obedecem

(na guerra dos mascates, 1710/12, na revolução de 1817, na confederação do Equador); a da Bahia que absorve Ilheos e Porto Seguro e gera Sergipe; a de São Paulo d'onde evolve todo o oeste, com os bandeirantes, Goyas, Minas, Matto Grosso; a do Rio que pelo elemento official em lucta com os espanhoes faz nascer, e já tarde, as capitánias do extremo sul; a do Maranhão ou Pará que gera as unidades administrativas do extremo norte, e sempre viveu separado do Brasil e até pelos portuguezes lhe lembrado no tempo da independencia que poderia manter, como um novo Canadá, o lealismo à Corôa.

“Esses são os nucleos primitivos do organismo nacional. Todos os demais são secundarios e recentes. Se a idéia da federação na Republica fosse menos politica e philosophica do que historica, attender-se-ia a essa importante consideração.

“Notei que cada um d'esses fôcos tem o seu sentimento caracteristico; o da Bahia é o da religião e da tradição; o de Pernambuco é o radicalismo republicano e extremo de todas as revoluções; o de S. Paulo (Minas e Rio) é o liberalismo moderado (aclamação monarchica de Bueno, as “provincias colligadas” que sustentaram a independência com a monarchia, etc.); o da Amazônica, demasiado indiano, é talvez o da separação como o é no extremo sul o Rio Grande (a formação recentíssima), demasiadamente platino”.

Capistrano de Abreu, nas notas que escreveu como prefácio ao livro de Frei Vicente do Salvador, assinalou que o franciscano, ao invés de uma história do Brasil, redigira antes histórias do Brasil, isto é, aspectos da nossa formação através dos ângulos locais ou regionais. Ele próprio, Capistrano, nos “Capítulos da História Colonial”, deixou bem viva essa história regional, que foi a menina de seus olhos. O capítulo “sertão” que é, no fim de contas, senão a história regional, história da ocupação do território, posse efetiva, humanização, domínio realizado pelos vários grupos que definiam a vida ao longo do litoral e depois desbravaram a hinterlândia, vinculando-a ao litoral?

Em nossos dias, Sérgio Buarque de Holanda, na “História da Civilização Brasileira”, não ignorou o critério regional. Es-

tá ali, além do quadro físico, a natureza em ser, a ocupação do litoral, a ocupação da Amazônia, do extremo sul, do centro-oeste. No 4.º volume, teremos a vida provincial apresentada pela primeira vez nos seus detalhes e peculiaridades ou particularidades. Num balanço que servirá para evidenciação do que se faz nas regiões e de como se chegou à integração nacional, ver-se-á, então, sob o Império, como muito do fundamental foi regional. Os pruridos secessionistas, será necessário recordar, são justamente dessa fase, refletindo o vigor dos sentimentos localistas, regionais, e o desaprêço que havia no tocante à unidade. O regime adotado pelos homens de govêrno, os estadistas de visão e propósitos nacionais, regime unitário, no fim de contas valeu como o grande instrumento para o estabelecimento da existência nacional, esmagando-se, dêsse modo, as intenções demasiado regionais. Os presidentes da Província, de nomeação do Imperador, como os chefes da polícia, as autoridades judiciárias, todos igualmente de nomeação do Imperador, foram os elementos integrantes do regime para a execução da política de unificação ou, como se prefere dizer hoje, de integração.

Cabe recordar aqui, a propósito, que se não tivesse ocorrido a solução monárquica unitária, o desmembramento teria sido fatal. A organização portuguesa do Estado do Maranhão e do Brasil, cedendo aos imperativos geográficos, estava criando condições fatais para a unidade. Porque, na verdade, afora Lisboa, de onde emanava o poder centralizador, não encontrávamos, no Brasil, a autoridade controladora, coordenadora, da colônia. As Capitânicas, maiores e menores, não se vinculavam entre si nem conheciam autoridade central que as dirigisse na própria colônia. O chamado vice-rei, na Bahia ou no Rio, não exercia a função unificadora. A dispersão e a pulverização do comando era a regra geral. Se nos primeiros tempos os governadores puderam exercer em tôda a plenitude o contrôle, já no fim do primeiro século essa situação estava alterada profundamente. E o agravamento dela continuaria pelos tempos adiantes.

Oliveira Viana, com a objetividade de suas reflexões sobre o nosso processo político, em "A Evolução do Povo Brasi-

leiro”, depois de assinalar que os “homens de estado português procuram resolver os problemas da administração e da defesa da colônia, segundo um pensamento de centralização e de unidade, de modo a manter unida e coesa essa vasta massa amorfa e grandiosa, que é a população colonial dos primeiros séculos”, escreveu:

“O trabalho de desintegração, operando sobre o mecanismo governamental da colônia pelo factor geográfico, depois de ter fragmentado assim a unidade do antigo Estado do Brasil, continua, ao norte, a exercer sobre os varios mecanismos politico-administrativos, que ali se haviam constituido, a sua formidável função descentralizadora. O velho Estado do Maranhão, que se bipartira, como vimos, em 1757, com a autonomia do Pará, continúa a desintegrar-se: em 1799, d'elle se desprende o Ceará e, já no seculo IV, em 1811, o Piauhy — nebulosa politica, que ainda hoje, passado mais de um seculo, ainda não se definiu devidamente.

Dos flancos do governo geral de Pernambuco, por si mesmo um fragmento do antigo Estado do Brasil, destaca-se, em 1799, a Parahyba, que se organiza em governação autônoma. Depois, em 1817, Alagôas e, dous annos mais tarde, já nas vespers da independência nacional, o Rio Grande do Norte. Na mesma data (1820), da capitania da Bahia se liberta o pequeno Sergipe.

Os estadistas coloniaes tentam resolver, como se vê, um grande problema de conciliação: a conciliação entre o principio da unidade do governo e a tendencia regionalista e desintegradora, oriundo da extrema latitude da base geographica, em que se assenta a população. Este grande problema, que os politicos peninsulares resolveram, como estamos vendo, á sua maneira, vae ser o centro, em torno do qual vão virar todas as preocupações dos estadistas imperiais e a razão de ser de todas as luctas civis, que enchem a historia dos nossos cem annos de independencia.

Realmente, aos olhos dos estadistas coloniaes, o phenomeno brasileiro é inteiramente original; não há então nenhum

antecedente histórico no mundo europeu, capaz de servir de guia aos políticos peninsulares. Trata-se de uma sociedade que realiza essa condição particular: um máximo absoluto de base física com um mínimo absoluto de circulação social e política. Os seus nódulos sociais se perdem, disseminados e rarefeitos, sobre uma área territorial immensurável: emquanto que, em virtude desse mesmo facto, agravado pelo rudimentarismo dos meios de comunicação, principalmente os meios terrestres, a interpenetração desses nódulos, as suas zonas de contacto económico e social, a sua circulação interior e exterior estão reduzidas a condições quasi nullas ou negativas.

Realizar, numa sociedade assim estruturada, a unidade do governo é um problema inçado de arduas difficuldades e, na verdade, insolúvel. Um governo unitario implica uma base geographica reduzida, com uma perfeita circulação politica, ou uma base geographica ampla, mas também, correspondente, uma circulação política extremamente desenvolvida: ampliar as bases físicas do Estado, sem ampliar igualmente e de uma maneira proporcional, os seus meios de circulação política, é condemna-lo fatalmente á fragmentação.

Desde o momento em que o govêrno portuguez, para iniciar o povoamento do seu dominio americano, estabelece o systema das capitánias, distribuidas por toda a vasta costa brasileira, e cria, dest'arte, varios centros de colonização a distancias extraordinarias uns dos outros, elle, implicitamente, cria as condições de inviabilidade a qualquer governo unitario. O governo geral de Thomé de Souza repousa apenas numa illusão, aliás rápidamente dissipada. Chegado aqui, e entrados em contacto com a terra, os velhos estadistas coloniases comprehendem lúcidamente a originalidade da situação americana e, obedecendo á fatalidade geographica, resignam-se a essa conclusão inevitavel: fragmentação do poder como meio melhor de defesa e administração".

E mais adiante:

“Esse governo fragmentado, pulverizado, dissolvido, é bem, realmente, uma adaptação da organização política à sociedade colonial. Esta não é um todo complexo e coeso, distribuindo-a: é, ao contrario, um vastissimo conjuncto de nódulos sociaes, se, sem soluções ou intermittencias, pela superficie colonizada de pequeninos grupos humanos, vivendo a sua vida isolada, dispersos pelos litoraes immensos, perdidos nas solidões do vastissimo hinterland, cidades florescentes na costa, nos sertões, aldeias informes e mortigas, arraiaes e povoados insignificantes, pousos de tropeiros, núcleos mineradores, vivazes, congestos, densos, mas instaveis e transitorios; e, principalmente, em torno desses rudimentares centros urbanos ou urbanizantes, uma innumeravel malha larguissima de latifundios, agricolas e pastoris, extendendo-se até as zonas mais profundas do interior, todos autonomos e quasi sem o menor contacto economico e social entre si.

Sôbre essa sociedade, assim ganglionar, o aparelho politico dos governos geraes, ao se ajustar a ella, estála, parte-se, fragmenta-se e se faz, pela necessidade mesma de adaptação, tambem ganglionar.

Na apparente uniformidade política sob que vive essa sociedade e a que a autoridade dos vice-reys dá um aspecto de universalidade, o que, durante o periodo colonial, principalmente nos dous primeiros seculos e meados do terceiro, se descobre é, pois, realmente um conjunto desconnexo de nódulos políticos, ou melhor, verdadeiros “corpúsculos de Estado”, representando, do norte ao sul, dos littoraes aos sertões, o effectivo governo da colonia.

Em summa, durante a phase colonial, o meio geographico não pulveriza e ganglionar unicamente a sociedade; pulveriza e ganfliona tambem o poder politico, e o subordina progressivamente á sua inexoraval fatalidade dispersiva. Resignar-se e accomodar-se cada vez mais a essa fatalidade — eis o sentido intimo da actividade politica dos estadistas do periodo colonial. Veremos depois que libertar-se cada vez mais dessa fatalida-

de é o sentido intimo da actividade politica dos estadistas do periodo imperial”.

Bem examinado o panorama aqui proposto, o que parece certo é que os estadistas portuguezes, cedendo aos imperativos regionais, criados pela amplitude da base física, atuaram com intelligência. Cederam sàbiamente. Quando se procedeu à emancipação, os estadistas que tiveram às mãos os problemas da organização do Império nascente, sentiram o perigo da dispersão existente. Já não havia uma Lisboa, como fôrça superior, dominadora, para a ordenação de cúpula. O Rio de Janeiro, como Município Neutro, sede do poder nacional, devia substituir aquella, opondo resistência à fragmentação regional.

Ouçamos mais uma vez, a propósito, o eminente Oliveira Viana”: O sentimento de uma patria unica não está ainda formado: as varias capitánias, que vão ser as fruturas provincias, não se sentem membros de uma mesma familia; cada uma tem sua evolução propria, sua historia propria, sua administração propria, suas tendencias proprias para este ou aquelle ponto de attração. E’ completa entre ellas a insolidariedade. Quando elegem os seus deputados às Côrtes de Lisbôa, estes não se sentem unidos pelos sentimentos de conterraneidade: não se sentem representantes do Brasil, mas apenas representantes das localidades que os elegem. — “Não há aqui mandatarios do Brasil — exclama Feijó, deputado por São Paulo, em pleno recinto das Côrtes — não ha aqui mandatarios do Brasil; os americanos neste recinto representam exclusivamente as provincias, que os elegeram”. O sentimento de sua condição commum de brasileiros não os prende, nem mesmo fóra da patria, em face do dominador. Nas deliberações das Côrtes, nos seus debates, certos delegados se collocam mesmo contra os interesses do Brasil: os delegados das provincias do norte mostram-se mais presos a Portugal do que aos seus collegas do sul. Quando se discute o projecto da extincção dos tribunaes do Brasil: o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciencia e Ordens, o Conselho de Fazenda, a Juncta do Commercio, a Casa de Supplicação e outros — o que representa a primeira tentativa de recolonização

de nosso paiz — não protestam contra isso os nossos delegados e muitos ha que o applaudem. Sente-se que elles vacillam entre Portugal e Brasil. Um delles, Pinto França, confessa mesmo que a situação de um delegado brasileiro é a mais triste, porque, si agrada aos brasileiros, desgosta os portuguezes, si agrada a estes, aquelles o odeiam. Ou, na synthese de Villela Barbosa, delegado pelo Rio de Janeiro; — “mal com o Brasil por amor de Portugal; mal com Portugal por amor do Brasil”.

Essa condição de sentimento nacional mal definido se patenteia na indicação de Feijó, o energico representante paulista, que havia de ser, mais tarde, na Regencia, o grande organizador da nossa unidade; indicação, pela qual elle propõe como remedio para harmonizar as relações entre o Brasil e Portugal:

“— que se declare que o Congresso de Portugal, enquanto não se organizar a Constituição, reconheça a independencia de cada uma das provincias do Brasil;

— que a Constituição sómente obrigará aquellas provincias, cujos deputados nella concordarem pela pluralidade de votos”.

O problema era grave e exigia solução ponderante. O regional era a fôrça atuante.

A história colonial, vamos recordar, é a história de nossa formação territorial, portanto de criação da gigantesca base física que nos dá ares de continente. Ora, essa base física não foi elaborada como assunto histórico, num dia e numa noite. Ao contrário, foi operação a longo prazo, que obrigou a sociedade em estruturação a um dinamismo que só se encerrou, sob êsse aspecto, na República, com o episódio do Acre.

A conquista do litoral e dos sertões, a fixação das fronteiras extremas da colônia, apesar do ímpeto admirável de vastos lances e de muitos momentos, não se realizou como uma operação continuada ou efetivada, em tôda a plenitude, sem embaraços. Os grupos que saíram do litoral para a hinterlândia, depois de tomar posse dêsse mesmo litoral, definido em larga extensão como soberania de Portugal, tiveram de enfrentar não

apenas a pressão de concorrentes estrangeiros ou indígenas, mas, também, de modo especial, as forças da natureza. Vencidos os obstáculos, semeados o litoral e o sertão de nódulos sociais que significavam seiva estuante, as sociedades que se constituíam, verificou-se, não tinham criado um Brasil unitário, continuado, mas um conjunto de Brasis, que autorizariam as histórias dos Brasis, que Capistrano veria nas páginas de Frei Vicente do Salvador. Havia uma sociedade no nordeste açucareiro e outra no pecuário; havia uma na Amazônia extrativista, outra no centro-norte mineiro. Havia uma no extremo-sul, criadora de gado; havia, enfim, a de São Paulo, que se originara da dispersão para a ampliação da base física, sociedade que Saint Hilaire chamaria, com muita razão, de “raça de gigantes”. As regiões, como fruto da atuação humana, estavam definidas. A história colonial, sendo a história dessa operação admirável, não era uma história de regiões? O primeiro volume da “História da Civilização Brasileira”, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, é positivamente essa história distinta de regiões que se criavam e se desenvolviam. Quando os nordestinos, de armas na mão, enfrentaram o batavo com tanto esforço, não estavam pensando na defesa ou na integridade brasileira. Lutavam contra o herege, lutavam contra o conquistador estrangeiro possuíam também, para recuperar os chãos onde haviam nascido e onde criavam a sua vida própria, o nordeste dos canaviais. Não pensavam nem podiam pensar num Brasil que não existia ainda. E assim depois do episódio dos Mascates. Como foi assim também no caso de Beckman, nas lutas dos Emboabas, na Conspiração Mineira, na dos alfaiates baianos, na conspiração fluminense. Em todos esses sucessos, o que podemos encontrar é a seiva local, regional, a pulsação cívica em termos regionais. A história política, que lobrigamos em tais acontecimentos, é, também, portanto, a história regional, como foi aquela da formação da base física.

E depois, sob o Império? A Cabanagem é um fenômeno sócio-político da Amazônia; a Balaiada, é maranhense; a Farrou-

ilha, gaúcha; a Cabanada é nordestina. As Abriladas, as tentativas federalistas e republicanas na Regência são movimentos fundamentalmente expressivos de inquietação de caráter regional. No fundo de tôdas elas o que descobrimos sem dificuldade são anseios regionais. E as alegações para justificar a inquietação e a solução das armas encontramos-as sempre no estado d'alma local, que o poder nacional não soube compreender e a que deu soluções imediatistas sem buscar as razões dos males.

Sob a República, o regional não perdeu a sua força de ponderância. De tal forma que, já em nossos dias, constatada a diversificação entre a regiões, que se dinamizam umas, enquanto outras caminham lentamente, a União vem assumindo a responsabilidade de executar uma política intervencionista, que põe em perigo o regime federativo, para pôr fim às distâncias que crescem perigosamente.

A história regional, no entanto categoria. Os grandes movimentos que refletem o estado de espírito do povo brasileiro, já não refletem apenas anseios regionais, mas, preferentemente, anseios nacionais. A rêde de circulação das idéias enriquecendo dia a dia, aproximou, ou melhor, vinculou as regiões. A criação de mercado interno, representado no parque industrial, a consumir a produção de matéria nacional, também importou no apertamento dos laços de solidariedade nacional. A própria projeção internacional do país contribuiu para assegurar-lhe uma melhor continuidade histórica nacional. As linhas culturais de que nos falam Gilberto Freire e Viana Moog, mais aproximadas, dão um caráter menos fragmentários ao processo cultural.

O tema que escolhemos para esta conversa com os colegas das Universidades Brasileiras na área do magistério de História, parece-nos um tema que precisa ser devidamente reflexionado. O que propusemos tem razão de ser? A lição dos grandes mestres a que nos referimos estará certa?

Quisemos reafirmar o assunto, para a atenção d'este "Simposium". Por que não o debater no "Simposium" de Curitiba? Vai a sugestão aos que o organizarem. Desde logo os colegas aqui presentes estão convidados a examiná-lo trazendo a sua contribuição, favorável ou não.